



Decretos de Isolamento e Desigualdade Social: O Impacto da Pandemia em Diferentes Extratos Sociais e o Papel do Direito Como Legitimador da Diferença¹

Hávila Oliveira Carvalho TEIXEIRA²

Universidade Tiradentes - Direito Público, Educação Jurídica e Direitos Humanos na Contemporaneidade

Carlos Henrique Filgueiras Prata de ALMEIDA³

Universidade Federal de Sergipe - Laboratório de Estudos do Poder e da Política

Resumo

As altas taxas de transmissão e contaminação do COVID-19 no país trouxeram consigo decretos de isolamento estaduais e municipais, tentando deter estragos que causariam colapsos críticos. Assim, estabelecimentos foram obrigados a fechar as portas por tempo determinado, visando diminuir o número de contaminação em um nível que os leitos disponíveis fossem suficientes para atender a demanda. Apesar dos embates com o Governo Federal e grupos de empresários, a administração local continuou emitindo decretos para que os serviços não essenciais suspendessem suas atividades presenciais. Mesmo nesse contexto, houveram atividades que não puderam ser dispensadas, os chamados "trabalhadores da linha de frente", também ditos precariado. Entre a disparidade de quem podia ou não continuar a se proteger, os decretos de isolamento perderam legitimidade e adquiriram uma funcionalidade que favorecia apenas os setores dominantes do capital. O presente trabalho visa perceber o impacto da pandemia em diferentes extratos sociais e o papel do Direito como legitimador da diferença de capital, a partir de uma análise qualitativa da literatura da área combinada a um mapeamento quantitativo, a partir da literatura que o realizou, das taxas de "quebra do isolamento" dentro de cada classe econômica, sendo também propositivo quanto a ações possíveis no campo jurídico-econômico para lidar com as problemáticas aqui apresentadas.

Palavras-chave: Direito e pandemia; Precarização; Isolamento social.

¹ Trabalho apresentado no GT "Precarização: transformações e crises nas relações sociais do trabalho", no Seminário Nacional de Sociologia (UFS, 2020).

² Bacharelado em Direito - UNIT. Grupo de Pesquisa Direito Público, Educação Jurídica e Direitos Humanos na Contemporaneidade.

³ Bacharelado em Ciências Sociais - DCS/UFS. Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP)



Introdução

A pandemia de Covid-19 acentuou o curso das tensões do modo de produção capitalista, atuando como uma espécie de 'lupa' sobre suas contradições e idiossincrasias.

Em sua faceta social, revelou-se constituída em torno do complexo do trabalho, tanto pelo fato de que a disseminação do vírus ocorre, muitas vezes, pela dinâmica desse complexo, quanto pelo fato de serem os trabalhadores aqueles que estão no centro das repercussões sociais da atual conjuntura (SOUZA, 2020).

Assim, o presente trabalho visou analisar os decretos de isolamento e desigualdade social em tempos de pandemia e o papel do Direito na legitimação das diferenças. Para tal, realizou uma revisão sistemática da literatura acerca do tema, estabelecendo parâmetros para responder as questões suscitadas.

Trazendo um panorama geral dos impactos da pandemia no país, o COVID-19 no Brasil ultrapassou cinco milhões e quatrocentos mil casos, e cento e cinquenta mil mortes.

Sem a aplicação de políticas públicas efetivas, o efeito do vírus foi devastador. Houveram impactos negativos nos índices de isolamento, não existiram medidas oficiais realmente eficientes na questão de redução de danos, e a ciência foi continuamente desestimulada, tanto por pronunciamentos oficiais quanto pelas constantes trocas e desmandos no Ministério da Saúde.

Desde o início da pandemia, a quarentena, o isolamento social e a higiene redobrada foram as medidas sanitárias recomendadas pela OMS para enfrentar o cenário viral até então pouco conhecido, entretanto, as instâncias competentes falharam no fornecimento de instrumentos para a manutenção das mesmas.

A primeira onda começou a se alastrar e ser conhecida no país em março, três meses depois do primeiro caso internacional manifesto, e chegou até aqui pelas classes sociais mais altas. Nas primeiras semanas os pontos de extremo contágio eram as viagens internacionais e nacionais, mas com o tempo o vírus começou a ser disseminado por todo o país, foi quando os hospitais particulares e públicos lotaram, e as mortes em casa começaram a multiplicar.

Algumas pessoas, tendo onde se isolar, podem se abster do trabalho sem temer a fome, enquanto outras vivem sem acesso à água tratada, sem saneamento



básico, residem em casas superlotadas e sem a opção de parar de trabalhar. Logo os bairros periféricos se viram tomados pelo coronavírus.

Era a evidenciação da desigualdade: o vírus não criou as condições precárias, ele escancarou as lacunas que sempre existiram e serviam para a manutenção do status quo capitalista.

Não bastava a exposição constante ao vírus nos trabalhos basilares que não puderam ser suspensos, eles ainda se davam num cenário de precarização, abandono legal e violência.

Enquanto isso, um discurso válido, mas cada vez mais fraco, de “fique em casa” se perpetuava, mas as críticas às posturas pessoais de escolher ou não continuar em casa e contribuir para o isolamento ficaram restritas aos primeiros meses, depois de tanto tempo sem ações efetivas do Estado, contar com bom senso ou escolha individual é, na mais simples das hipóteses, inocência.

Nesse sentido, o presente trabalho situa-se tanto como um mapeamento da situação geral como um detalhamento das formas com que o Estado 'falhou' em cumprir com os Direitos e trazer garantias de dignidade e de serviços públicos à sua população.

Metodologia

A metodologia utilizada neste artigo será a revisão de literatura, se dando de forma qualitativa, incluindo revisão bibliográfica e documental. Foram utilizados meios de comunicação online, outros artigos e dados oficiais, encontrados em endereços eletrônicos governamentais abertos ao público.

O trabalho visa explorar e explicar as intersecções entre os decretos de isolamento, as políticas do estado e os interesses econômicos na manutenção e intensificação das desigualdades que já perduram há tempos nos estratos sociais do Brasil.

Observa-se a relação entre trabalhos basilares e a falta de segurança jurídica que os mantém em situações de risco, tenta também contemplar a falta de acesso às medidas sanitárias necessárias para enfrentar o coronavírus e procura entender como as condições existentes contribuem para a disseminação do vírus entre as camadas mais pobres de maneira desenfreada, competindo com todas as outras dificuldades que já assolam as preocupações populares.



Pretende-se também compreender como a falta de uma política pública eficaz e a descrença na ciência atrasou as medidas de prevenção e foi aliado dos altos números que assombram o cenário pandêmico no Brasil.

Trabalho e isolamento

Conceitualmente, a precarização, enquanto reflexo da sociedade atual, é uma dimensão da reestruturação produtiva, conforme Alves (2007), trazida pelas reorganizações do capitalismo, sendo um elemento estrutural fundamental para o modo de produção capitalista, baseado na exploração do valor e da mais-valia.

Os efeitos dessa dinâmica são bem representativos no que tange à flexibilização do processo de acumulação, com o abandono da rigidez da gestão e da superespecialização do trabalhador, características do período anterior (Harvey, 1992).

Sabemos que a precariedade do mercado de trabalho brasileiro é bem anterior à pandemia de Covid-19. Suas raízes firmam-se por um lado, em nossas especificidades sócio-históricas, favorecedoras à constituição de um mercado de trabalho desde sempre marcado tanto pela alta informalidade e baixa remuneração como pela desigualdade de acesso aos poucos direitos conquistados e legalmente instituídos (PRAUN, 2020).

De todo modo, Souza (2020) aponta que "a precarização do trabalho consiste em fenômeno com dinâmica notadamente acentuada desde a década de 1970, em resposta à crise estrutural do capital. Com a emergência da pandemia de Covid-19, as suas dimensões ganharam visibilidade, agravando, em especial, a questão da saúde dos trabalhadores".

As formas assumidas pelo trabalho são expressões localizadas, mas nem por isso secundárias, de transformações mais amplas, em curso, desencadeadas pelo movimento do capital na sua busca por romper as barreiras que o impedem de perpetuar-se (PRAUN, 2020).

Lara e Hillsesheim (2020) analisam o impacto da precarização no contexto específico do Brasil, já que, como é sabido, existem particularidades na formação nacional e nos modos de produção do mesmo:



No Brasil, a chamada modernização trabalhista tem essência regressiva, pois se consubstanciou no mesmo contexto histórico das políticas de ajuste fiscal, principalmente pela redução de investimento do governo federal em políticas públicas. No plano da conformação ideológica há mais de quatro décadas destacam-se as formulações que deram apoio às contrarreformas, a ideologia de desresponsabilização do Estado, o desfinanciamento público das políticas sociais e, paralelamente, a subserviência dessa estrutura jurídico-política ao padrão de acumulação capitalista rentista imposto pelas agências internacionais.

A luta de determinados trabalhadores por melhores condições datam de vários anos, mas com a chegada da pandemia alguns desses tiveram suas demandas agravadas.

É o caso dos entregadores por aplicativo que protagonizaram alguns dos protestos que marcaram o ano de 2020. Num levantamento auferido pela BBC News Brasil, realizado por pesquisadores da Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (Remir Trabalho), em quatro estados do país, mostrou que os entregadores tiveram uma “redução significativa” da remuneração, mesmo trabalhando mais.

A pesquisa, que utilizou-se do método bola de neve (abordagem que visa alcançar grupos de difícil acesso, por meio das redes sociais, onde cada integrante repassa para outros), coletou respostas de 252 pessoas, em 26 cidades, entre os dias 13 e 20 de abril. As respostas apontaram que 60,3% dos entrevistados declararam queda nos rendimentos, 27,6% declararam que não houve mudança e somente 10,3% apontaram ganhar mais dinheiro no período de quarentena. (MACHADO, SOUZA, 2020).

Enquanto isso, as empresas lucraram mais no período em que os pedidos aumentaram. É o que denuncia a professora Ludmila Costhek Abílio, que em entrevista à BBC News Brasil deu a seguinte declaração:

"A gente sabe que as empresas estão ganhando muito mais, tanto é que elas pararam de divulgar o faturamento. Sabemos que a (empresa de delivery) Rappi em fevereiro tinha tido crescimento de 30% na América Latina, mas depois não temos mais dados. O mais importante pra gente pensar agora é que os motofretistas viraram trabalhadores de serviço essencial e precisam ser valorizados"



A sondagem também apontou trabalho ininterrupto durante a pandemia: 52% dos entrevistados alegam trabalhar 7 dias da semana e 25,4% alegam trabalhar 6 dias. (ABÍLIO, 2020).

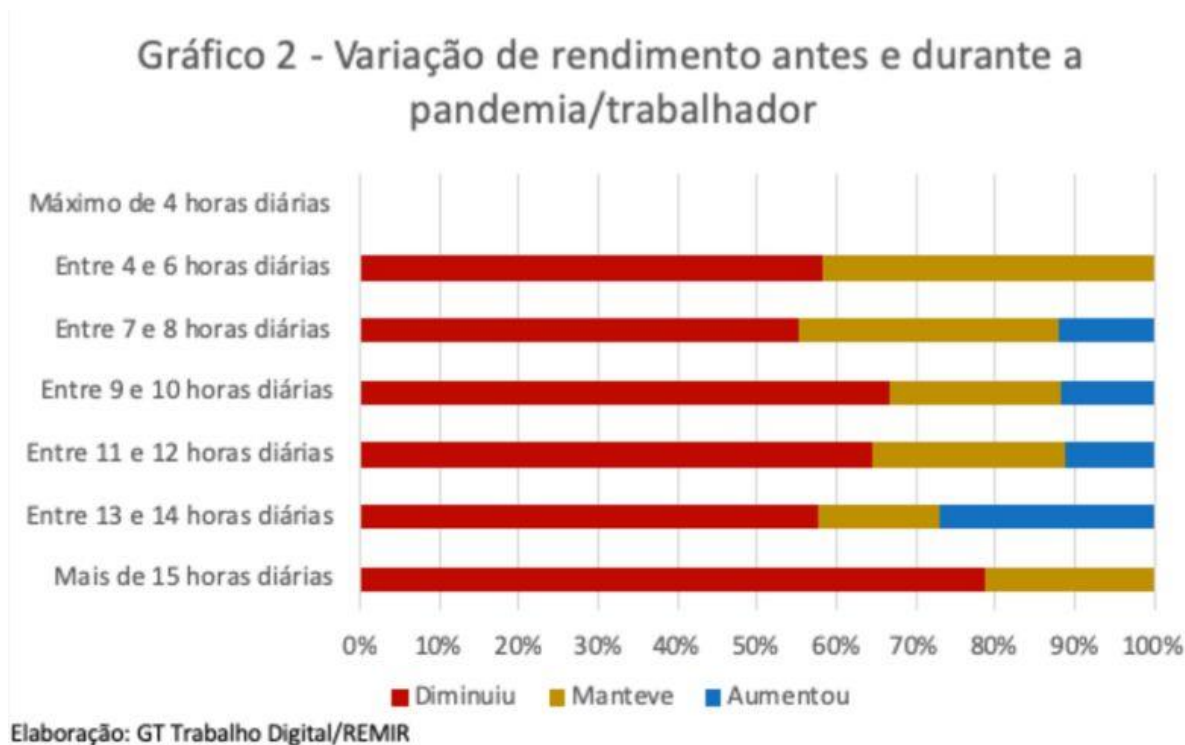


Gráfico 2 - Variação de rendimento antes e durante a pandemia/trabalhador. Reprodução.

Uma dimensão que também ganhou força no cotidiano pandêmico foi a das manifestações de algumas categorias profissionais, seja contra questões específicas da pandemia, seja por questões anteriores infladas por ela.

O caso dos entregadores de app possui um marco histórico com a pandemia, uma vez que houve ampliação na prática de protestos até então pouco comuns entre a categoria (SOUZA, 2020).

Nos meses de Junho e Julho grupos de entregadores começaram a se organizar contra a precarização, má-remuneração e falta de segurança no trabalho. Ressurgiram debates sobre a necessidade de uma legislação que criasse vínculo empregatício entre empresas de aplicativo e entregadores, trazendo maior segurança e transparência aos trabalhadores.

O emprego de entregador por aplicativo, cada dia mais necessário e corriqueiro, ainda é autônomo, o que cria a fantasia de que ele também possui



vantagens em relação a empresa, já que em tese, escolhe quando prestar ou não os serviços, entretanto não é isso que acontece quando há um desnível tão absurdo de poder entre as partes. Não é uma escolha quando uma das opções é a fome e a escassez.

Desigualdade social

De acordo com o diagnóstico mais recente disponibilizado pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), de 2018, quase 100 milhões de brasileiros, o que corresponde a 47% da população do Brasil, ainda não possui sistema de esgotamento sanitário, precisando então usar medidas alternativas como fossas e despejos diretos em rios. Ademais, quase 35 milhões, 16%, da população não tem acesso à água tratada.

Em uma pandemia onde as condições primárias para prevenção dependem, entre outras coisas, de água limpa e sabão, é impossível não reparar no projeto de extermínio em desenvolvimento quando tantas pessoas não possuem acesso ao básico e vivem em condições insalubres. É mais uma das faces da necropolítica que condena, todos os dias, milhares de pessoas ao descaso institucional deste país.

“O vírus, expressão de uma microscópica força incontável da natureza, não segue ideologias, mas seus impactos maléficos são potencializados pela própria ideologia da sociedade capitalista, excludente, seletiva e asséptica.” (BITTENCOURT, 2020)

Tirando como objeto de análise São Paulo, os gráficos abaixo nos permitem perceber uma relação quase direta entre a quantidade de óbitos por COVID-19 (confirmados e suspeitos) e a classificação dos domicílios com renda de 20 ou mais salários mínimos.

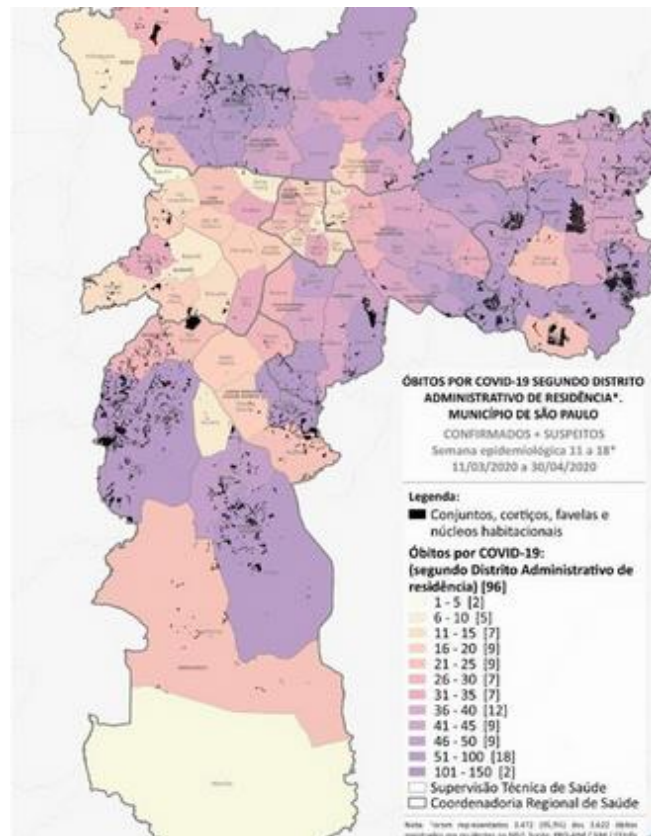
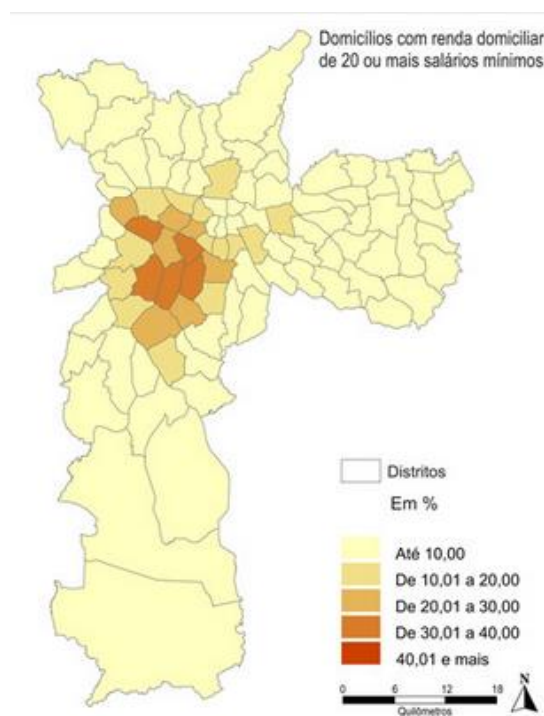


Figura 1: ÓBITOS POR COVID-19 SEGUNDO DISTRITO ADMINISTRATIVO DE RESIDÊNCIA - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.
Reprodução.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Domicílios com renda domiciliar de 20 ou mais salários mínimos.
Reprodução.



Percebe-se que, na maioria dos casos, os locais com mais óbitos e casos são os locais de menor quantidade de salários por domicílio, enquanto a lógica inversa se estabelece. Retomar as atividades, portanto, legitima a desigualdade e coloca em perspectiva quais pessoas tem o direito de viver e usufruir da cidade e dos serviços que a mesma oferece.

Se esse estudo de caso teve como objetivo a cidade mais rica do Brasil, pode extrapolar-se para imaginar casos ainda mais complexos - respeitando, evidentemente, as particularidades de cada local - em outras regiões, especialmente as que historicamente não recebem assistência da esfera Federal ou possuem boas administrações locais.

O impacto da desigualdade e da pandemia nas minorias.

O Conselho Nacional de Saúde preveniu sobre a primordialidade da proteção a grupos em situação de vulnerabilidade social, como por exemplo, a população indígena, que luta há séculos para permanecer em territórios seguros, sem a ação de garimpeiros e outras ameaças.

Assim como em outros grupos sociais, as lutas enfrentadas pelos indígenas vêm desde antes da pandemia. Célia Xakriabá, professora ativista indígena do povo Xakriabá em Minas Gerais, afirmou para o Portal FIOCRUZ que: “Quando se fala em ‘fique em casa’ ou ‘fique na aldeia’, as pessoas ainda não entenderam que essa sempre foi a nossa luta: a garantia de ficar na casa, de ficar na aldeia”.

Testemunhando o descaso do governo em relação a proteção dos povos indígenas, a Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil expediu nota demandando a adesão de um Plano de Ação Emergencial. O objetivo é fortalecer a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e cobrar medidas para proteger e delimitar os territórios que ainda hoje sofrem com ameaças de invasão. Célia ainda reafirma que lideranças de todo o país fecharam seus territórios para evitar a chegada do vírus nas aldeias, mas o controle é dificultado porque os povos não são respeitados. (FIOCRUZ, 2020)

Não se pode deixar de considerar também o impacto do racismo. Goes, Ramos e Ferreira (2020) afirmam que "A pandemia do novo coronavírus tem sido um desafio para países que apresentam profundas desigualdades internas. E no Brasil



as desigualdades têm raça, cor e etnia, pois é um país estruturado pelo racismo, que permanece com as suas raízes fincadas no sistema escravocrata".

No Brasil, apesar da falta de informações efetivas que possam orientar essa análise, percebe-se pelo funcionamento geral do sistema de saúde e pelo modo com que as desigualdades impactam nos efeitos da pandemia - como o fato de que negros morrem mais pela COVID-19, por exemplo - , pode-se afirmar que haverá uma racialização dos prejuízos da pandemia, sendo esta reflexo tanto do descaso institucional do governo quanto das características sociodemográficas da desigualdade nacional.

É, também, mais difícil para as minorias mais pobres manterem de fato o distanciamento social, devido à circulação de pessoas em suas residências e a estrutura das mesmas.

Goes, Ramos e Ferreira (2020), novamente, complementam essa afirmação apontando que "o cenário da pandemia se associa às condições desiguais determinadas pelo racismo estrutural e institucional, visto que ela tem menos acesso aos serviços de saúde e está em maior proporção entre as populações vulneráveis, que secularmente vivenciam a ausência do Estado em seus territórios".

Poder judiciário e legislativo - O Direito como legitimador da diferença.

Pode-se afirmar que o conluio entre os poderes - nesse caso, especificamente o Judiciário e o Legislativo - possui um teor econômico bastante forte. Ao reabrir comércios, serviços e retomar o emprego presencial, segue-se uma lógica de priorizar a economia em detrimento da vida.

Por exemplo, conforme Praun (2020), Bolsonaro publicou as Medidas Provisórias (MP) 9272 , de 22/03/2020 (Brasil, 2020b), e 936, de 01/04/2020 (Brasil, 2020d), ambas construídas com participação direta da Confederação Nacional da Indústria (CNI), conforme documento da entidade patronal intitulado Propostas da Indústria contra a crise, de 18 de março de 2020, entregue ao governo federal, e segundo reportagem veiculada no portal da referida entidade (CNI, 2020a e 2020b).

Além disso,

Governo e empresariado tentaram também, via MP 927, artigo 29 (Brasil, 2020b, p. 7), não caracterizar a contaminação por coronavírus como doença



do trabalho, destacando no texto original da MP um “exceto mediante comprovação do nexo causal”, cuidadosamente inserido como uma senha para o não reconhecimento do nexo. O artigo 29 só seria tornado sem efeito mais de um mês depois, pelo STF (2020). Na mesma sessão, em 29 de abril, o Supremo também suspendeu os efeitos do artigo 31, da mesma MP, que limitava, por prazo de 180 dias, a ação dos Auditores Fiscais do Trabalho a procedimentos de orientação. As possibilidades de aplicação de multas àqueles/as que desrespeitassem direitos do trabalho restringiam-se, na proposta original, a quatro situações: não registro de trabalhadores (mediante denúncia); irregularidades diretamente relacionadas a situações graves com risco iminente; ocorrência de acidente fatal (podendo a fiscalização aturar somente em torno de irregularidades diretamente relacionadas às causas do acidente); e situações relativas ao trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil. (Idem)

Existe aqui um teor de necropolítica, conforme preconizado por Achille Mbembe, que coloca a vida e a morte como últimas instâncias de controle do Estado sobre os corpos. Tal conceito é um retrabalho das limitações do conceito de biopoder, que Mbembe amplifica ao recusar as explicações insatisfatórias que o mesmo traz para a análise da sociedade contemporânea.

Conforme o autor,

A ocupação colonial em si é uma questão de aquisição, delimitação e realiza-se com controle físico e geográfico: trata-se de registrar no terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. A inscrição de novas relações espaciais (territorialização) consiste finalmente na produção de linhas de demarcação e hierarquias, zonas e enclaves; o questionamento da propriedade; classificação de pessoas de acordo com diferentes categorias; a extração de recursos e, finalmente, a produção de uma grande piscina de imaginários culturais (MBEMBE, 2011)

Assim, para além de estarmos vivendo sob o seio de uma estrutura biopolítica, sofremos também - se não mais incisivamente, nos tempos contemporâneos - uma necropolítica, pois o foco das tecnologias de poder encontra-se na “submissão da vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2011).

Esse poder é basicamente definido pela a capacidade de decidir quem tem importância e quem não a tem, quem está desprovido de valor e pode ser facilmente



substituído e quem não. Ou seja, é uma legislação acerca de quem pode viver e de quem pode morrer.

A necropolítica, portanto, baseia-se no exercício de uma forma de biopoder, correlacionada às questões de controle do Estado que perpassam a vida, como a sexualidade, a alimentação, a saúde, a assistência e o cuidado.

Essas políticas devem estar legitimadas pela parte da população fora do escopo da violência, e as tentativas de polarização, radicalização e descréditos à política percebidas no Brasil de 2016 pra cá são, também, reflexos de uma tentativa de legitimar esse controle dos corpos.

Conforme Sanchez (2018, Tradução nossa), "para a análise da necropolítica nas sociedades atuais, os aspectos teorizadores do biopoder de Foucault devem ser tomados como um quadro de referência".

Ou seja, existe uma relação direta a ser estudada entre autoridade, o grupo de indivíduos sob seu poder e as tensões e inimizades atribuídas a outros, "dentro da qual estão aqueles que devem viver ou morrer, de acordo com as necessidades e interesses do centro do poder e sob a verificação permissiva do coletivo social" (Idem, tradução nossa).

A sociedade atual, dentro de um capitalismo tardio, tornou-se, para além de farmacológica e controladora, necessitada de definições entre o "nós" e os "outros" para estabelecer suas políticas públicas. Esse processo pode ser percebido na polarização política, nos debates acerca da imigração, por exemplo, mas também na politização de práticas que são embasadas na ciência no combate ao COVID-19, como o desenvolvimento e aplicação de uma vacina, as origens da mesma, ou os critérios e necessidades para que se realize uma reabertura.

Dentro desse contexto, o Direito age na contramão da neutralidade que o caracteriza, sendo levado pela influência do poder econômico - e da persuasão que tal tipo de argumentação possui no processo decisório contemporâneo no Brasil. Ao decretar isolamento ou o fim do mesmo "ao sabor das notas", deixa-se de levar em conta uma série de explorações, riscos e violências às quais expõem-se os trabalhadores.

Atenta-se, então, contra os Direitos Humanos, trabalhistas e sociais, em defesa de uma lógica de que o país não pode "parar". Tal lógica é, principalmente, falaciosa, pois o noticiário afirma que os níveis de concentração de renda continuam



numa crescente, e a literatura supracitada aponta que, quanto mais rica a pessoa, mais propensa a mesma é a ficar em casa e respeitar a quarentena atualmente, em correlação direta com o fato de que as classes menos abastadas e assistidas pelo Estado necessitaram retornar aos seus empregos.

Isso se deve ao fato de que "o grande capital consegue ampliar a taxa de extração de mais-valia, repassando ao trabalhador os custos da manutenção de parte dos meios de trabalho (o carro, a bicicleta etc.) e da proteção de sua saúde, a exemplo da compra dos EPIs durante a pandemia" (ANTUNES, 2019).

Uma das principais repercussões da pandemia no mundo do trabalho diz respeito à questão do emprego, porque as medidas de contenção da propagação do SARS-CoV-2 incluem o fechamento de diversos serviços, com medidas de distanciamento social. O desemprego, que já era um expressivo problema, sobretudo em sociedades dependentes, a exemplo do Brasil, é retroalimentado por uma dinâmica de crise sanitária-social, ainda que disfarçado na forma de ocupações sem proteção social (SOUZA, 2020).

Considerações Finais

O presente trabalho visou realizar um panorama bastante geral da desigualdade social intensificada pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), e as intersecções entre Direito e Economia na "legitimação" (institucional e social) desse modus operandi.

Acerca das conclusões, é importante ressaltar que trata-se de uma estrutura bastante preliminar de pesquisa, devido ao fato de ser um processo bastante recente cujas implicações, em todos os âmbitos - seja na saúde, na economia, na legislação ou sociologicamente -, ainda não foram muito bem compreendidas.

Outro ponto a se colocar é a dificuldade de acesso às fontes de informações, pois as fontes oficiais, no atual governo, são não só mal administradas como também a falta de testes - sendo esse um problema global - traz consigo uma subnotificação do problema real.

Ressalta-se, então, a necessidade de trabalhos posteriores, tanto no campo da Medicina quanto da Economia ou do Direito, para perceber de forma mais objetiva esses impactos e trazer outras visões teórico-metodológicas para o debate.



REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, R. **Proletariado digital, serviços e valor**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BITTENCOURT, R. N. (2020). **Pandemia, isolamento social e colapso global**. Revista Espaço Acadêmico, (221), 168-178, março, 2020. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52827>>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento – SNS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: **24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos –2018**. Brasília: SNS/MDR, 2019. 180p.: il.
Desigualdade social e econômica em tempos de Covid-19. Informe ENSP, Portal FIOCRUZ, 13 de maio de 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19>>. Acesso em: 13 out. 2020.

GOES, Emanuelle F.; RAMOS, Dandara O.; FERREIRA, Andrea J. F. **Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020, e00278110. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00278

LARA, R.; HILLESHEIM, J. **Modernização trabalhista em contexto de crise econômica, política e sanitária**. 2020.

MACHADO, Leandro. SOUZA, Felipe. **Coronavírus: entregadores de aplicativo trabalham mais e ganham menos na pandemia, diz pesquisa**. BBC, São Paulo, 7 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52564246>>. Acesso em: 10 out. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Editorial Melusina, S.L., 2011.

OLIVEIRA, Nelson. **Desigualdade e abusos na pandemia impulsionam cobranças por Direitos Humanos**. Agência Senado, 28 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/08/desigualdade-e-abusos-na-pandemia-impulsionam-cobranças-por-direitos-humanos>>. Acesso em: 14 out. 2020.

PRAUN, L. **A Espiral da Destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho**. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00297129, 2020.

SANCHEZ, J.M.A. **Necropoder: el derecho y la política entre los vivos y los muertos**. ESTUDIOS, v. 6, pp. 33-46, 2018.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Covid-19, causas fundamentais, classe social e território**. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00280112, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000300303&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 out. 2020.



SIQUEIRA, Egberto. **Coronavírus: uma pandemia que explicita desigualdades sociais.** Edgardigital - UFBA, 30 de maio de 2020. Disponível em: <<http://www.edgardigital.ufba.br/?p=17183>>. Acesso em: 13 out. 2020.

SOUZA, D.O. **As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19.** Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 19, e00311143, 2020.